FACULDADE FASUL EDUCACIONAL
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

DAIANA PAULA RODRIGUES DOS SANTOS

TCC: MONOGRAFIA

ROSÁRIO-MA 2026

DAIANA PAULA RODRIGUES DOS SANTOS

DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES INOVADORAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

ROSÁRIO-MA

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por me conceder força, sabedoria, saúde e perseverança para enfrentar os desafios e alcançar esta importante

conquista.

Ao meu marido e aos meus filhos, pelo amor, apoio, compreensão e incentivo em todos os momentos. Vocês foram minha maior motivação para seguir em frente e tornar este sonho possível.

Aos professores e demais funcionários da faculdade, pelo conhecimento compartilhado, pela dedicação, pelo suporte oferecido e por contribuírem de forma significativa para minha formação acadêmica e profissional.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta caminhada, minha sincera gratidão.

"Tudo posso naquele que me fortalece." (Filipenses 4:13)

RESUMO

Esta monografia tem como tema "Desenvolvimento de atividades Inovadoras na Educação de Jovens e Adultos (EJA)" e busca analisar como práticas pedagógicas inovadoras podem contribuir para aumentar o interesse, a participação e a aprendizagem dos estudantes dessa modalidade de ensino.

Parte-se da seguinte problemática: como o desenvolvimento de atividades encantadoras e inovadoras pode contribuir para ampliar o interesse, a participação e a aprendizagem dos estudantes da EJA? O objetivo geral consiste em analisar como essas atividades podem favorecer a melhoria do processo de ensino e da aprendizagem significativa na Educação de Jovens e Adultos.

Como objetivos específicos, pretende-se compreender os desafios enfrentados pela EJA, identificar metodologias inovadoras aplicáveis a esse contexto e discutir a importância da inovação na prática docente, com destaque para o uso das tecnologias como recurso pedagógico.

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em estudos sobre educação, metodologias ativas e inovação pedagógica.

Os resultados apontam que a utilização de estratégias diversificadas, contextualizadas e inovadoras fortalece o protagonismo dos estudantes, aumenta a motivação, favorece a permanência na escola e torna o processo de ensino e aprendizagem mais significativo, contribuindo para uma educação inclusiva, participativa e de qualidade.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; inovação pedagógica; metodologias ativas; aprendizagem significativa; tecnologias educacionais.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CEAA - Campanha de Educação de Jovens e Adultos

CPC - Centros Populares de Cultura

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENEJAS - Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de
Valorização dos Profissionais da Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MCP - Movimento de Cultura Popular

MEC - Ministério da Educação

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

TDIC - Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

01 INTRODUÇÃO 06
02 OBJETIVO GERAL 08
3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 08
04 JUSTIFICATIVA 08
05 METODOLOGIA 09
06 LINHA DO TEMPO DA EJA 10
07 O LEGADO DE PAULO FREIRE COMO PONTO DE 15
08 METODOLOGIAS PARA O TRABALHO NA EJA 17
09 TRABALHO EM GRUPO E COLABORATIVO 20
10 FLEXIBILIDADE E ADAPTAÇÃO 23
11 INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS 25
12 O PAPEL DO PROFISSIONAL QUE ATUA NA EJA 28
13 CONCLUSÃO 29
14 REFERÊNCIAS 30

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma importante modalidade da educação básica, destinada a garantir o direito à escolarização de pessoas que não tiveram acesso ou continuidade aos estudos na idade apropriada. Ao longo da história, essa modalidade passou por diversas transformações, sendo fortalecida por políticas públicas, programas educacionais e legislações que reconhecem a educação como um direito de todos, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Entretanto, a EJA ainda enfrenta inúmeros desafios, entre eles a evasão escolar, a desmotivação dos estudantes, as diferenças de faixa etária, as dificuldades de aprendizagem e a necessidade de metodologias que valorizem as experiências de vida dos educandos.

Nesse contexto, torna-se fundamental que o professor desenvolva práticas pedagógicas inovadoras, dinâmicas e contextualizadas, capazes de despertar o interesse, promover a participação e favorecer uma aprendizagem significativa.

Diante dessa realidade, esta pesquisa tem como tema: "Desenvolvendo atividades inovadoras na Educação de Jovens e Adultos" e busca responder à seguinte questão norteadora: Como o desenvolvimento de atividades ativas e inovadoras pode contribuir para aumentar o interesse, a participação e a aprendizagem dos estudantes da EJA?

O objetivo geral deste trabalho é analisar como atividades ativas e inovadoras podem contribuir para a melhoria do processo de ensino e da aprendizagem significativa na Educação de Jovens e Adultos.

Como objetivos específicos, pretende-se compreender os principais desafios enfrentados pela EJA, identificar metodologias inovadoras aplicáveis a essa modalidade de ensino e discutir a importância da inovação na prática docente, especialmente por meio do uso das Tecnologias Digitais da Informação e

Comunicação (TDIC).

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em livros, artigos científicos, documentos oficiais e legislações que tratam da Educação de Jovens e Adultos, da inovação pedagógica e das metodologias de ensino. Autores como Paulo Freire, Libâneo, Moran e outros estudiosos da educação oferecem o embasamento teórico para a compreensão do tema.

Espera-se que este estudo contribua para ampliar as reflexões sobre a importância da adoção de práticas pedagógicas inovadoras na EJA, evidenciando que estratégias criativas, participativas e contextualizadas podem favorecer o protagonismo dos estudantes, fortalecer sua permanência na escola e promover uma educação mais inclusiva, significativa e transformadora.

Tema:

Desenvolvendo Atividades Inovadoras na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

SITUAÇÃO PROBLEMA

Como o desenvolvimento de atividades inovadoras pode contribuir para aumentar o interesse, a participação e a aprendizagem dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA)?

2 OBJETIVO GERAL

Analisar como atividades inovadoras podem contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos.

3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender os desafios enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- Identificar e analisar metodologias inovadoras aplicáveis à Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- Discutir a importância da inovação na prática docente EJA, com uso das tecnologias digitais.

4 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema "Desenvolvendo atividades inovadoras na Educação de Jovens e
Adultos (EJA)" surgiu da necessidade de refletir sobre práticas pedagógicas capazes de tornar o processo de ensino e aprendizagem mais significativo para estudantes que, por diferentes motivos, não concluíram seus estudos na idade adequada. A EJA atende um público com trajetórias de vida diversas, experiências acumuladas e desafios específicos, o que exige do professor criatividade, sensibilidade e metodologias que despertem o interesse e

promovam a permanência desses estudantes na escola.

A relevância desta pesquisa está na necessidade de compreender como atividades inovadoras e contextualizadas podem contribuir para o fortalecimento da aprendizagem, da participação e da motivação dos educandos da EJA. Em um cenário marcado pelas constantes transformações sociais e tecnológicas, torna-se indispensável que a prática docente acompanhe essas mudanças, utilizando estratégias diversificadas e recursos tecnológicos que favoreçam uma aprendizagem ativa e significativa.

Além disso, este estudo justifica-se por contribuir para a ampliação das discussões sobre a qualidade da educação ofertada na EJA, evidenciando a importância da inovação pedagógica como instrumento de inclusão, valorização das experiências dos estudantes e redução da evasão escolar. Espera-se que os resultados desta pesquisa possam servir de apoio para professores, gestores e demais profissionais da educação na elaboração de práticas pedagógicas mais atrativas, participativas e adequadas às necessidades desse público.

Por fim, a realização desta pesquisa também representa uma oportunidade de aprofundar conhecimentos sobre a Educação de Jovens e Adultos, fortalecendo a formação acadêmica e profissional da pesquisadora e reafirmando o compromisso com uma educação democrática, inclusiva e transformadora, capaz de promover o desenvolvimento integral dos estudantes e garantir o direito à aprendizagem ao longo da vida.

5 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa e bibliográfica, tendo como objetivo compreender de que forma o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e significativas pode contribuir para o processo de ensino e aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Para a construção do referencial teórico, serão analisados livros, artigos científicos, dissertações, teses, documentos oficiais e legislações relacionados à Educação de Jovens e Adultos, às metodologias inovadoras, às metodologias ativas e ao uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) no contexto educacional.

A seleção das fontes será realizada a partir de critérios de relevância científica, relação com o tema pesquisado e contribuição para a compreensão das práticas pedagógicas desenvolvidas na EJA.

A pesquisa bibliográfica será realizada por meio da análise e discussão das contribuições de diferentes autores acerca das práticas educativas inovadoras, buscando compreender sua relação com a aprendizagem significativa, a participação ativa e a motivação dos estudantes da EJA.

Também serão considerados os desafios encontrados pelos professores para a implementação dessas metodologias, como a necessidade de formação continuada, o acesso às tecnologias digitais, a disponibilidade de recursos didáticos e as políticas públicas destinadas a essa modalidade de ensino.

Dessa forma, espera-se que a pesquisa contribua para ampliar as discussões sobre a importância da inovação pedagógica na Educação de Jovens e Adultos, oferecendo reflexões e subsídios para a construção de práticas educativas mais inclusivas, participativas e contextualizadas.

6 LINHA DO TEMPO DA EJA

Os primeiros registros da educação de jovens e adultos no Brasil remontam à chegada dos padres jesuítas, em 1549. Nesse período, a educação tinha como principal objetivo a catequização e a instrução de indígenas, jovens e adultos, além dos filhos dos colonizadores portugueses. O ensino era voltado à difusão da fé católica e dos valores da Coroa Portuguesa.

Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, pelo Marquês de Pombal, o sistema educacional sofreu um período de desorganização. Em substituição ao modelo jesuítico, foram implantadas as chamadas Aulas Régias, consideradas o primeiro modelo de ensino público e laico no Brasil. Essas aulas eram ministradas de forma isolada por professores nomeados pela Coroa, geralmente em suas próprias residências, sem uma estrutura escolar

organizada, marcando uma nova fase na história da educação brasileira.

Em 1910, segundo informações do IBGE, o direito de ler e escrever era negado a quase 11 milhões e meio de pessoas com mais de 15 anos, evidenciando a dimensão do analfabetismo no país. Já com a aprovação do Decreto nº 19.513, de 25 de agosto de 1945, a Educação de Jovens e Adultos passou a ser oficializada, e novos projetos e campanhas foram lançados com o objetivo de ampliar o acesso à escolarização da população que não havia frequentado a escola na idade adequada.

Dentre as principais iniciativas voltadas à Educação de Jovens e Adultos, destacam-se a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), criada em 1947, com o objetivo de reduzir os índices de analfabetismo no país e ampliar o acesso à escolarização. O Movimento de Educação de Base (MEB) foi criado em 1961, com forte atuação na educação popular (PAIVA, 2003) e desenvolvido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em parceria com o Governo Federal, que utilizava o Sistema Rádio Educativo como instrumento para promover a alfabetização e a formação cidadã de jovens e adultos, especialmente nas áreas rurais.

Em 1963, surgiram também os Centros Populares de Cultura (CPC), vinculados à União Nacional dos Estudantes (UNE), que buscavam incentivar a educação popular por meio de atividades culturais, artísticas e educativas, valorizando a consciência crítica e a participação social. Essas iniciativas representaram importantes avanços para a Educação de Jovens e Adultos, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à alfabetização e à formação cidadã da população brasileira.

Além dessas iniciativas, destacaram-se o Movimento de Cultura Popular (MCP) e a campanha "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler" (CPCTAL), ambos voltados à ampliação do acesso à educação e à alfabetização de jovens e adultos. Sendo que o primeiro tinha como foco atender à necessidade de qualificação da mão de obra para o processo de industrialização do país, além de ampliar a participação política da população em um contexto marcado por práticas clientelistas.

Também se priorizavam o atendimento às populações das regiões menos favorecidas, buscando promover não apenas a alfabetização, mas também a conscientização crítica, a inclusão social e a participação cidadã. Essas iniciativas inspiraram-se nos princípios do método de Paulo Freire, fundamentado no diálogo, na valorização das experiências dos educandos e na

educação como instrumento de transformação social, contribuindo significativamente para o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Em 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), que previa a expansão, em todo o território nacional, do método de alfabetização. No entanto, com a instauração do regime militar no mesmo ano, o plano foi interrompido e não chegou a ser plenamente implementado. As iniciativas de educação popular passaram a ser consideradas uma ameaça ao novo governo, resultando na repressão de seus idealizadores e colaboradores.

Em 1977, durante o regime militar, o governo passou a assumir maior controle sobre os programas de alfabetização de adultos, atribuindo-lhes um caráter mais assistencialista e conservador. Nesse contexto, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o objetivo de reduzir os índices de analfabetismo no país, porém com uma proposta diferente dos movimentos de educação popular desenvolvidos anteriormente.

Com o processo de redemocratização do Brasil, iniciado na década de 1980, ocorreu o fortalecimento dos movimentos sociais e a ampliação das discussões sobre o direito à educação. A Constituição Federal de 1988 garantiu a educação como direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988). Nesse período, os projetos de alfabetização passaram a incluir ações de continuidade dos estudos, dando origem a turmas de pós-alfabetização e novas propostas voltadas à Educação de Jovens e Adultos.

Em 1990, foi realizada a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, marco internacional que reafirmou que toda pessoa tem direito à educação e ao acesso às oportunidades de aprendizagem. Esse movimento contribuiu para o fortalecimento das políticas educacionais voltadas à universalização do ensino e à garantia do direito à educação ao longo da vida.

Com a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 9.394/1996, a Educação de Jovens e Adultos passou a ser reconhecida como uma modalidade da Educação Básica, refletindo os compromissos assumidos pelo Brasil na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990. A nova legislação reafirmou o direito à educação para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade adequada.

Entretanto, apesar desse reconhecimento legal, a EJA ainda enfrentou desafios relacionados à sua valorização, sendo muitas vezes reduzida a cursos de curta duração e exames supletivos, sem considerar plenamente as especificidades, experiências e necessidades dos estudantes jovens, adultos e idosos. Esse cenário evidenciou a necessidade de políticas públicas e práticas pedagógicas que garantissem uma educação mais inclusiva, significativa e voltada para a formação integral dos educandos.

A V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, promovida pela UNESCO, representou um marco significativo na história da educação, ao reforçar a importância da educação de adultos como instrumento de desenvolvimento social, econômico, cultural e político. O evento destacou que a educação ao longo da vida é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e equitativa, reconhecendo a necessidade de garantir oportunidades de aprendizagem para todos, independentemente da idade ou condição social.

Com o início dos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJAs), ampliaram-se os espaços de discussão e mobilização em defesa da EJA como um direito fundamental. Esses encontros tiveram como objetivo fortalecer o debate sobre as políticas públicas voltadas para essa modalidade de ensino, promovendo a troca de experiências entre educadores, pesquisadores, gestores e movimentos sociais.

A partir dessas iniciativas, foram criados os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos (Fóruns de EJA), espaços destinados ao diálogo, à articulação e à construção coletiva de propostas para o fortalecimento da modalidade, contribuindo também com municípios que ainda não possuíam uma organização própria voltada para essa finalidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reafirmou a Educação de Jovens e Adultos como modalidade da educação básica (BRASIL, 1996).

A LDB nº 9.394/1996, em sua Seção V do Capítulo da Educação Básica, dedica os artigos 37 e 38 à Educação de Jovens e Adultos, reafirmando o direito à educação e estabelecendo a responsabilidade do poder público em garantir a oferta gratuita de ensino àqueles que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos na idade considerada adequada.

Em 2000, sob a coordenação de Carlos Roberto Jamil Cury, foi aprovado o Parecer nº 11/2000 – CEB/CNE, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esse documento representou um importante avanço para a modalidade, ao consolidá-la como parte integrante da Educação Básica e reafirmar a educação como um direito de jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos em idade adequada.

A partir desse marco, a EJA passou a receber novas perspectivas relacionadas ao financiamento, à organização curricular, aos processos de certificação e à articulação com a educação profissional.

Em 2003, o Governo Federal criou a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, dando origem ao Programa Brasil Alfabetizado voltado à alfabetização de jovens, adultos e idosos, com o objetivo de ampliar o acesso à leitura e à escrita e promover a inclusão social. (BRASIL, 2003; HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Nesse mesmo período, também ganhou destaque o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), criado com a finalidade de integrar a formação básica à educação profissional, possibilitando novas oportunidades de qualificação e inserção no mundo do trabalho.

Em 2007, o Ministério da Educação (MEC) aprovou a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), garantindo que todas as etapas e modalidades da Educação Básica, incluindo a Educação de Jovens e Adultos, passassem a ser contempladas pelos recursos destinados ao financiamento educacional.

Apesar desses avanços, o Brasil ainda apresenta desafios históricos relacionados ao analfabetismo e às desigualdades sociais, fatores que contribuem para a exclusão educacional de muitos cidadãos. No cenário atual,

observa-se que, embora tenham ocorrido conquistas importantes nas políticas públicas para a EJA, ainda há necessidade de ampliar investimentos, garantir o acesso, fortalecer a permanência dos estudantes e assegurar uma educação de qualidade que considere as especificidades e as necessidades desse público.

Nos anos mais recentes, a Educação de Jovens e Adultos passou a incorporar novos debates relacionados à inclusão, à diversidade, às metodologias inovadoras e ao uso das tecnologias digitais como ferramentas de apoio ao processo de ensino e aprendizagem. Apesar dos avanços conquistados ao longo da história, a EJA ainda enfrenta desafios como a evasão escolar, a necessidade de formação continuada dos professores, a valorização dos saberes dos estudantes e a garantia de políticas públicas que assegurem o direito à educação ao longo da vida.

Dessa forma, a trajetória da EJA demonstra que essa modalidade vem sendo construída por meio de lutas sociais, avanços legais e práticas educativas que buscam reconhecer jovens, adultos e idosos como sujeitos de direitos. Nesse contexto, torna-se fundamental desenvolver propostas pedagógicas diversificadas, acolhedoras e inovadoras, capazes de promover uma aprendizagem significativa e contribuir para a permanência e o sucesso dos estudantes.

Um protagonista, destaca-se Paulo Freire, cuja proposta de alfabetização e educação popular marcou profundamente a EJA, ao defender uma prática educativa baseada no diálogo, na valorização dos conhecimentos prévios dos estudantes e na formação de sujeitos críticos e participativos. Seu legado permanece como referência para a construção de práticas pedagógicas que reconhecem a realidade dos educandos e buscam transformar a educação em um instrumento de emancipação social. Dessa forma, compreender a história da EJA possibilita reconhecer as contribuições de Paulo Freire como ponto de partida para refletir sobre metodologias inovadoras e práticas educativas significativas voltadas aos jovens, adultos e idosos.

7 O LEGADO DE PAULO FREIRE COMO PONTO DE PARTIDA

A Educação de Jovens e Adultos, sob a perspectiva de Paulo Freire, destaca a importância do diálogo como princípio fundamental do processo educativo, fundamentado em uma prática humanizada, acolhedora e baseada no respeito aos sujeitos envolvidos. Nessa concepção, a educação ultrapassa a visão limitada da alfabetização como simples aquisição de códigos de leitura e escrita, passando a ser compreendida como um processo de construção de conhecimentos, autonomia e consciência crítica.

A trajetória da EJA vem sendo historicamente construída e ressignificada, desde as concepções que orientam os currículos e as propostas pedagógicas até as metodologias desenvolvidas no cotidiano da sala de aula.

Trazer as ideias de Paulo Freire para a discussão da Educação de Jovens e Adultos significa compreender os fundamentos metodológicos que orientam uma prática educativa baseada no diálogo, na escuta e na valorização dos sujeitos. Sua concepção de educação propõe um novo olhar sobre os estudantes da EJA, reconhecendo-os como pessoas que possuem histórias, experiências, conhecimentos e diferentes trajetórias de vida que precisam ser consideradas no processo de ensino e aprendizagem.

A perspectiva freireana rompe com modelos tradicionais de ensino centrados apenas na transmissão de conteúdos e defende uma educação problematizadora, na qual o educador e o educando constroem o conhecimento de forma conjunta. Nesse sentido, o professor assume o papel de mediador, criando possibilidades para que os estudantes desenvolvam autonomia, pensamento crítico e participação ativa na sociedade.

A EJA, historicamente marcada por processos de exclusão social e educacional desde sua origem no Brasil, necessita de práticas pedagógicas que superem uma visão compensatória da escolarização e reconheçam a educação como um direito fundamental ao longo da vida. Dessa forma, os princípios defendidos por Paulo Freire permanecem atuais e dialogam com novas perspectivas de ensino-aprendizagem, especialmente aquelas que valorizam metodologias participativas, contextualizadas e inovadoras.

O legado freireano continua influenciando políticas públicas, práticas pedagógicas e pesquisas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos,

contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva, democrática e humanizada. Suas ideias reforçam a necessidade de uma escola que acolha as diferenças, respeite os saberes dos estudantes e desenvolva estratégias capazes de promover aprendizagens significativas para esse público.

Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos são referências que se relacionam de forma inseparável, pois sua trajetória e suas concepções educacionais contribuíram significativamente para a construção de uma nova compreensão sobre essa modalidade de ensino. Sua proposta ultrapassa a simples alfabetização, buscando romper com ciclos históricos de exclusão e possibilitar que os sujeitos, antes privados do acesso à leitura e à escrita, desenvolvam a capacidade de realizar uma leitura crítica do mundo a parti r de suas próprias experiências e vivências.

Para Freire, o processo educativo não deve estar baseado na ideia de que o professor é o único detentor do conhecimento. Ao contrário, o educador deve assumir o papel de mediador, criando condições para que o estudante participe ativamente da construção do saber, ressignificando seus conhecimentos e relacionando-os com sua realidade social.

Uma das principais contribuições de Paulo Freire para a EJA está relacionada à sua própria trajetória de vida. Sua compreensão sobre essa modalidade não se limitou ao campo teórico, pois ele também vivenciou experiências como estudante e educador, conhecendo os desafios e as possibilidades presentes nesse processo. Essa vivência fortaleceu suas reflexões sobre a relação entre professor e aluno, defendendo uma educação baseada no diálogo, no respeito e na valorização dos saberes construídos ao longo da vida.

Freire (2005) destaca que um dos primeiros passos no processo educativo é o resgate da autoconfiança do estudante, pois o reconhecimento de sua própria capacidade é fundamental para que ele possa superar limitações e participar ativamente da transformação de sua realidade social. Para o autor, a educação deve contribuir para que o educando perceba seu valor enquanto sujeito histórico, capaz de construir conhecimentos e atuar no mundo em que está inserido.

Nessa perspectiva, a leitura e a escrita não devem ser compreendidas apenas como habilidades técnicas, mas como instrumentos de compreensão e intervenção na realidade. Freire defende que o processo de alfabetização precisa estar relacionado às experiências e ao cotidiano dos estudantes, possibilitando uma verdadeira leitura do mundo antes mesmo da leitura da

palavra. Assim, a aprendizagem ganha significado quando promove o sentimento de pertencimento, inclusão e participação social, rompendo com situações de exclusão historicamente vivenciadas pelos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos.

Dessa forma, o legado de Paulo Freire evidencia que a Educação de Jovens e Adultos precisa ser construída a partir de uma prática educativa humanizada, dialógica e comprometida com a realidade dos estudantes. Suas contribuições mostram que ensinar não significa apenas transmitir conhecimentos, mas criar possibilidades para que os educandos desenvolvam autonomia, confiança e consciência crítica sobre o mundo em que vivem.

Ao reconhecer os saberes, as experiências e as trajetórias dos estudantes da EJA, a prática pedagógica passa a exigir metodologias que dialoguem com suas necessidades e favoreçam uma aprendizagem mais significativa. Nesse sentido, os princípios freireanos tornam-se uma importante base para refletir sobre novas formas de ensinar, valorizando estratégias participativas, contextualizadas e inovadoras.

8 METODOLOGIAS PARA O TRABALHO NA EJA

De acordo com Kuenzer (2006), a Educação de Jovens e Adultos é marcada por uma diversidade de saberes, experiências e trajetórias de vida. Os conhecimentos construídos pelos estudantes ao longo de suas vivências pessoais, sociais e profissionais precisam ser reconhecidos e valorizados no processo educativo, pois contribuem para uma aprendizagem mais significativa, contextualizada e relacionada à realidade dos educandos.

Nesse sentido, torna-se fundamental a utilização de metodologias que considerem as especificidades desse público, promovendo não apenas a construção do conhecimento, mas também o fortalecimento da autoestima, da participação e da permanência dos estudantes no ambiente escolar. Dessa forma, práticas pedagógicas diversificadas e inovadoras favorecem uma educação mais inclusiva, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem e as particularidades de cada sujeito.

O trabalho desenvolvido na Educação de Jovens e Adultos exige dos profissionais da educação uma reflexão constante sobre as estratégias metodológicas mais adequadas para atender às necessidades desse público. Muitos estudantes da EJA conciliam os estudos com atividades profissionais, responsabilidades familiares e compromissos sociais, tornando necessária uma organização escolar flexível, capaz de considerar suas diferentes realidades.

Dessa maneira, as práticas pedagógicas devem ser planejadas de forma significativa, utilizando estratégias como avaliação contínua, participação ativa dos estudantes, valorização dos avanços individuais, utilização de recursos digitais e materiais diversificados, além da criação de ambientes de aprendizagem acolhedores e motivadores. O professor exerce papel fundamental nesse processo, acompanhando o desenvolvimento dos educandos, oferecendo orientações, feedbacks e oportunidades para que cada estudante avance em sua trajetória escolar.

Os estudos relacionados à Educação de Jovens e Adultos destacam a importância de superar modelos tradicionais de ensino baseados exclusivamente na transmissão de conteúdos, nos quais o estudante assume uma posição passiva diante da aprendizagem. Nesse contexto, as metodologias ativas ganham destaque por possibilitarem uma prática pedagógica em que o educando participa como protagonista na construção do conhecimento, desenvolvendo autonomia, reflexão e participação.

Essa perspectiva é especialmente relevante na EJA, pois muitos jovens e adultos ainda enfrentam práticas educativas inadequadas, que desconsideram suas experiências e tratam esses estudantes de maneira infantilizada. Tal abordagem pode dificultar o processo de aprendizagem, uma vez que os conteúdos e estratégias utilizados nem sempre dialogam com suas necessidades, expectativas e contextos sociais.

Assim, torna-se essencial desenvolver práticas educativas que reconheçam os estudantes da EJA como sujeitos históricos, capazes de

construir conhecimentos, refletir sobre sua realidade e participar ativamente das transformações sociais. As metodologias ativas fundamentam-se justamente nessa compreensão, pois incentivam a investigação, a resolução de problemas, a colaboração e a reflexão sobre o próprio processo de aprendizagem.

Nessa perspectiva, o estudante deixa de ser apenas um receptor de informações e passa a assumir uma postura mais participativa e consciente em sua formação. O professor, por sua vez, atua como mediador do conhecimento, criando situações de aprendizagem que favoreçam a autonomia, o pensamento crítico e a interação entre os educandos (MORAN, 2015; BACICH; MORAN, 2018).

Além de favorecerem a autonomia dos estudantes, as metodologias ativas possibilitam a aproximação entre os conteúdos escolares e as experiências sociais, culturais e profissionais dos educandos, tornando o processo educativo mais significativo. Essas práticas contribuem para o desenvolvimento da criatividade, da capacidade de resolver problemas, da cooperação e de outras habilidades necessárias para a participação na sociedade contemporânea.

No contexto da Educação de Jovens e Adultos, a utilização de estratégias inovadoras torna-se ainda mais importante diante das transformações sociais e tecnológicas atuais. O uso de diferentes recursos pedagógicos e digitais pode ampliar as possibilidades de aprendizagem, tornando o ensino mais dinâmico, acessível e conectado às necessidades dos estudantes.

Entre as estratégias que podem ser desenvolvidas na Educação de Jovens e Adultos destacam-se os projetos interdisciplinares, as rodas de conversa, os estudos de caso, a aprendizagem baseada em problemas, as atividades em grupo, a gamificação e o uso de recursos tecnológicos. Essas práticas permitem que os estudantes relacionem os conteúdos escolares com situações do cotidiano, valorizando seus conhecimentos prévios e estimulando a participação ativa no processo de aprendizagem. Além disso, favorecem o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico e das habilidades necessárias para o exercício da cidadania.

Para que as metodologias ativas sejam efetivamente implementadas na EJA, é fundamental que o professor realize um planejamento pedagógico intencional e flexível, considerando as características, os interesses e as

necessidades dos estudantes. O sucesso dessas práticas depende não apenas da escolha das estratégias utilizadas, mas também da capacidade do educador de criar um ambiente acolhedor, inclusivo e motivador, no qual os educandos se sintam valorizados e protagonistas de sua própria aprendizagem.

Na prática, as metodologias ativas podem ser desenvolvidas por meio de projetos interdisciplinares, estudos de caso, resolução de problemas do cotidiano, oficinas pedagógicas e atividades que estimulem a participação dos estudantes. Essas estratégias tornam as aulas mais dinâmicas e contribuem para que os educandos se reconheçam como sujeitos ativos no processo de aprendizagem, fortalecendo sua autonomia e o interesse pelos estudos.

Diante das contribuições das metodologias ativas para a EJA, compreende-se que a aprendizagem ocorre de maneira mais efetiva quando os estudantes participam, interagem e compartilham conhecimentos. A colaboração no ambiente escolar fortalece as relações entre os sujeitos, valoriza os diferentes saberes e contribui para uma educação mais participativa, humanizada e transformadora.

9 TRABALHO EM GRUPO E COLABORATIVO

A heterogeneidade presente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), caracterizada por estudantes com diferentes trajetórias de vida, experiências sociais, culturais e níveis de conhecimento, exige práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem essa diversidade. Nesse sentido, o trabalho em grupo e colaborativo constitui uma metodologia importante para fortalecer a aprendizagem mútua, o respeito às diferenças e a construção coletiva do conhecimento.

A troca de experiências entre os estudantes contribui para enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, possibilitando que cada sujeito compartilhe seus saberes e aprenda com as vivências dos demais. Dessa forma, a sala de aula transforma-se em um espaço mais inclusivo, participativo e cooperativo, no qual todos têm a oportunidade de contribuir para a construção do conhecimento.

A aprendizagem colaborativa fundamenta-se na valorização do diálogo, da interação e do trabalho coletivo, considerando que o conhecimento não é construído de forma isolada, mas por meio das relações estabelecidas entre os

indivíduos. Segundo Vygotsky (1998) e Freire (1996), a aprendizagem ocorre a partir das interações sociais e da participação ativa dos sujeitos em processos de troca, cooperação e reflexão.

Nessa perspectiva, o trabalho colaborativo favorece o desenvolvimento de diferentes habilidades, como comunicação, empatia, responsabilidade, autonomia e pensamento crítico. Na Educação de Jovens e Adultos, essa metodologia apresenta grande relevância, pois reconhece e valoriza os conhecimentos construídos pelos educandos ao longo de suas experiências pessoais e sociais, fortalecendo sua confiança e seu sentimento de pertencimento ao ambiente escolar.

O professor, nesse processo, assume o papel de mediador, criando situações de aprendizagem que estimulem o diálogo, a participação e a construção coletiva do conhecimento. Essa prática está relacionada aos princípios da educação dialógica defendidos por Paulo Freire, que compreende o educando como sujeito ativo, capaz de refletir sobre sua realidade e participar da transformação do meio em que vive.

Nesse contexto, as propostas pedagógicas destinadas à EJA devem considerar a interação entre educador e educando, valorizando os conhecimentos prévios dos estudantes e suas experiências de vida. Também devem contemplar uma abordagem sociointeracionista da linguagem e da alfabetização, compreendendo a leitura e a escrita como práticas sociais relacionadas ao cotidiano e às necessidades reais dos sujeitos.

Ao compreender que o desenvolvimento humano ocorre por meio das relações sociais, entende-se que a linguagem não deve ser vista apenas como um conjunto de códigos, mas como um instrumento de comunicação, expressão, construção de sentidos e participação social. Por meio dela, os indivíduos compartilham experiências, interpretam a realidade, expressam suas opiniões e constroem novos conhecimentos.

Dessa forma, a interação social torna-se elemento fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem. Na EJA, é necessário que o ensino esteja relacionado às vivências dos estudantes, considerando seus contextos culturais, profissionais e sociais. As práticas pedagógicas devem partir da realidade dos educandos, possibilitando uma aprendizagem mais significativa e próxima de suas necessidades.

Reconhecer e valorizar os conhecimentos construídos pelos estudantes em diferentes espaços, formais ou não formais, é essencial para ampliar sua participação nas práticas sociais. Elementos presentes no cotidiano, como leitura de rótulos, placas, documentos, números, símbolos e diferentes formas de comunicação, podem ser utilizados como recursos pedagógicos, aproximando o conhecimento escolar da realidade dos educandos.

Nesse sentido, as atividades desenvolvidas em sala de aula devem proporcionar momentos de diálogo, cooperação e troca de experiências, favorecendo a convivência e a construção coletiva do saber. A organização de trabalhos em grupo, debates, projetos colaborativos e atividades compartilhadas possibilita que os estudantes desenvolvam maior autonomia e participação no processo educativo.

Assim, o ambiente escolar deve ser planejado de modo a estimular a escuta, a expressão e a colaboração, colocando o jovem e o adulto como protagonistas de sua aprendizagem. Quando os estudantes percebem que seus conhecimentos e experiências são valorizados, tornam-se mais motivados a participar e a construir novos saberes.

A aprendizagem construída coletivamente permite que cada educando reconheça sua capacidade de aprender, contribuir e transformar sua realidade. Nesse processo, o professor atua como mediador, promovendo oportunidades de interação, cooperação e reflexão.

Portanto, compreender a importância do trabalho em grupo e da aprendizagem colaborativa na EJA reforça a necessidade de práticas pedagógicas humanizadas e significativas, que reconheçam os estudantes como sujeitos históricos e protagonistas de sua formação. A partir dessa perspectiva, torna-se possível desenvolver estratégias metodológicas mais próximas das vivências dos educandos, favorecendo uma educação inclusiva, participativa e transformadora.

Entre as atividades colaborativas que podem ser desenvolvidas na EJA destacam-se as rodas de conversa, os seminários, os projetos em grupo, a produção de cartazes, os debates temáticos e as apresentações coletivas. Essas práticas favorecem a socialização, estimulam a troca de conhecimentos e fortalecem o sentimento de pertencimento dos estudantes ao ambiente escolar, contribuindo para a permanência e o sucesso na aprendizagem.

Além disso, a utilização de atividades colaborativas contribui para a redução da timidez, o fortalecimento dos vínculos interpessoais e o desenvolvimento do sentimento de pertencimento ao ambiente escolar. Muitos estudantes da EJA retornam aos estudos após longos períodos afastados da escola e, por isso, necessitam de práticas pedagógicas que estimulem a confiança em suas próprias capacidades. O trabalho em grupo favorece a socialização e possibilita que os educandos percebam que suas experiências de vida possuem grande valor no processo de aprendizagem.

10 FLEXIBILIDADE E ADAPTAÇÃO

A flexibilidade e a adaptação constituem elementos fundamentais para o desenvolvimento de práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando as características e necessidades específicas desse público. A prática docente nessa modalidade exige um planejamento flexível, capaz de atender à diversidade dos estudantes e promover uma aprendizagem significativa (LIBÂNEO, 2013; MANTOAN, 2015).

Os estudantes da EJA apresentam diferentes trajetórias de vida, experiências profissionais, responsabilidades familiares, ritmos de aprendizagem e formas de se relacionar com o conhecimento. Diante dessa diversidade, torna-se necessário que a escola e o professor desenvolvam propostas pedagógicas sensíveis e adequadas às suas realidades.

Segundo Soares (2011), a EJA possui especificidades próprias, assim como a formação de seus educadores, destacando a necessidade da elaboração de propostas curriculares que atendam às necessidades, exigências e interesses desses sujeitos, incluindo a flexibilidade dos tempos e dos espaços educativos. O autor afirma que a modalidade deve contemplar práticas que valorizem as experiências dos estudantes e favoreçam sua permanência e aprendizagem.

Nesse contexto, a prática docente na EJA exige um planejamento que considere as necessidades dos educandos e possibilite adaptações nas metodologias, nos conteúdos, nos tempos e nos espaços de aprendizagem. Muitos estudantes precisam conciliar os estudos com o trabalho e outras responsabilidades, fatores que podem interferir na frequência e no acompanhamento das atividades escolares. Por isso, é essencial que o processo educativo seja organizado de maneira acolhedora e inclusiva, favorecendo a participação e a permanência dos alunos na escola.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica ressaltam a importância das flexibilizações e adaptações curriculares, considerando o significado prático e instrumental dos conteúdos, a utilização de metodologias e recursos didáticos diferenciados e a adoção de processos avaliativos adequados ao desenvolvimento dos estudantes, em consonância com o projeto pedagógico da instituição (BRASIL, 2001).

A adaptação das estratégias pedagógicas não significa reduzir a qualidade do ensino, mas buscar diferentes caminhos para que todos tenham oportunidades reais de aprendizagem. Cabe ao professor observar as dificuldades e potencialidades da turma, utilizando metodologias diversificadas, recursos adequados e avaliações contínuas que valorizem o desenvolvimento individual e coletivo dos educandos.

Nesse sentido, tanto o currículo quanto a avaliação devem ser funcionais e contribuir para o desenvolvimento de competências sociais, o acesso ao conhecimento, à cultura e às formas de trabalho valorizadas pela comunidade, promovendo a inclusão dos estudantes na sociedade.

Essa perspectiva aproxima-se das ideias de Paulo Freire, que defende uma educação construída a partir da realidade dos educandos. Para o autor, ensinar exige respeito aos saberes dos estudantes e o reconhecimento de que cada sujeito possui uma história de vida que deve ser considerada no processo educativo. Assim, a flexibilidade pedagógica torna-se uma forma de reconhecer o estudante como protagonista do seu processo de aprendizagem e de construir práticas educativas mais significativas e humanizadas.

Portanto, a capacidade de adaptação do professor é indispensável para a construção de uma EJA mais inclusiva, democrática e transformadora. Ao respeitar as particularidades dos educandos e criar possibilidades de aprendizagem que dialoguem com suas vivências, a escola fortalece o vínculo com os estudantes e contribui para a promoção do direito à educação.

A flexibilidade pedagógica também permite a utilização de diferentes instrumentos de avaliação e estratégias metodológicas, respeitando os tempos e os processos de aprendizagem dos estudantes. Atividades contextualizadas, projetos interdisciplinares, recursos tecnológicos e práticas colaborativas podem ser adaptados às necessidades da turma, tornando o ensino mais acessível e significativo. Dessa forma, a aprendizagem deixa de ser centrada apenas nos resultados e passa a valorizar o percurso educativo de cada educando.

A flexibilidade pedagógica permite ainda que o professor adapte atividades, avaliações e metodologias de acordo com as necessidades dos estudantes. O desenvolvimento de projetos temáticos, atividades contextualizadas e práticas interativas favorece uma aprendizagem mais acessível e inclusiva, respeitando os diferentes tempos de aprendizagem presentes nas turmas da EJA. Por fim, destaca-se a necessidade de políticas educacionais que considerem as especificidades dos jovens e adultos, criando estratégias que promovam ambientes escolares acolhedores e inclusivos. Superar os desafios enfrentados por esse público exige abordagens pedagógicas mais flexíveis, que integrem suas diferentes realidades, além do

fortalecimento do apoio institucional e familiar. A criação de ambientes de aprendizagem mais dinâmicos e contextualizados pode proporcionar maior sentimento de pertencimento, favorecendo o sucesso acadêmico e a permanência dos estudantes na escola (SANTOS; SOUZA; FLORES, 2021).

11 INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS

A integração das tecnologias digitais no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma importante estratégia para tornar o processo de ensino e aprendizagem mais significativo, inclusivo e conectado às demandas da sociedade contemporânea. Em um mundo cada vez mais digital, é fundamental que os estudantes da EJA tenham acesso ao conhecimento tecnológico, desenvolvendo competências que contribuam para sua formação pessoal, acadêmica e profissional.

As tecnologias digitais possibilitam a utilização de metodologias mais dinâmicas e interativas, favorecendo a participação dos educandos e ampliando as oportunidades de aprendizagem. Recursos como computadores, celulares, aplicativos educativos, vídeos, plataformas digitais e ambientes virtuais de aprendizagem podem ser utilizados para aproximar os conteúdos escolares das experiências vividas pelos estudantes.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é essencial promover o desenvolvimento da cultura digital, incentivando o uso crítico, ético e responsável das tecnologias no cotidiano escolar (BRASIL, 2018). Embora a BNCC seja voltada para a Educação Básica, suas competências gerais também contribuem para a reflexão sobre práticas pedagógicas na EJA, considerando a necessidade de preparar os estudantes para os desafios da sociedade digital.

Na Educação de Jovens e Adultos, muitos estudantes retornam à escola buscando não apenas a certificação escolar, mas também conhecimentos que lhes permitam participar mais ativamente da vida social e do mundo do trabalho. Nesse contexto, o letramento digital torna-se um importante instrumento de inclusão social, possibilitando o acesso à informação, aos serviços públicos digitais, à comunicação e às oportunidades profissionais.

A utilização das tecnologias digitais deve considerar as diferentes realidades dos estudantes da EJA. Alguns possuem familiaridade com recursos tecnológicos, enquanto outros apresentam dificuldades no uso de ferramentas digitais. Dessa forma, cabe ao professor planejar atividades que respeitem os conhecimentos prévios dos educandos, promovendo experiências de aprendizagem acessíveis e contextualizadas.

Paulo Freire (1996) destaca que o processo educativo deve partir da realidade dos educandos e contribuir para o desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica. Sob essa perspectiva, as tecnologias digitais não devem ser utilizadas apenas como instrumentos de transmissão de conteúdos, mas como recursos que favoreçam a construção do conhecimento, o diálogo e a participação ativa dos estudantes.

Além disso, a integração das tecnologias digitais exige investimentos em infraestrutura escolar e na formação continuada dos professores. Muitos desafios ainda são enfrentados pela EJA, como a falta de acesso à internet, a escassez de equipamentos tecnológicos e a necessidade de capacitação docente para a utilização pedagógica desses recursos. Portanto, políticas públicas voltadas para a inclusão digital são fundamentais para garantir uma educação de qualidade e mais equitativa.

O uso das tecnologias também pode contribuir para a flexibilização do ensino, permitindo o desenvolvimento de atividades complementares, pesquisas, produção de textos, apresentações e trabalhos colaborativos. Essas ferramentas favorecem a construção de uma aprendizagem mais significativa e estimulam o protagonismo dos estudantes.

O uso das tecnologias digitais pode ser incorporado ao cotidiano escolar por meio de pesquisas realizadas com o celular, utilização de aplicativos educativos, produção de apresentações digitais, vídeos, podcasts e atividades em plataformas virtuais. Além de promover a inclusão digital, essas estratégias aproximam o ensino da realidade dos estudantes e ampliam suas

oportunidades de aprendizagem e participação social.

Por fim, a integração das tecnologias digitais na Educação de Jovens e Adultos constitui um importante caminho para promover a inclusão, a autonomia e a participação social dos educandos. Quando utilizadas de forma planejada e contextualizada, as tecnologias ampliam as possibilidades pedagógicas e contribuem para a construção de uma educação mais democrática, inovadora e transformadora.

12 O PAPEL DO PROFISSIONAL QUE ATUA NA EJA

O profissional que atua na Educação de Jovens e Adultos (EJA) exerce um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, pois trabalha com estudantes que possuem diferentes trajetórias de vida, experiências sociais, culturais e educacionais. Dessa forma, sua atuação deve ir além da transmissão de conteúdos, considerando as necessidades, os interesses e os conhecimentos que os educandos já trazem consigo.

O educador da EJA precisa desenvolver competências que favoreçam uma prática pedagógica inclusiva, acolhedora e significativa. Entre essas competências, destacam-se a capacidade de dialogar com os estudantes, a sensibilidade para compreender suas dificuldades, o compromisso com a aprendizagem e a disposição para enfrentar os desafios do cotidiano escolar. É indispensável que o professor reconheça que cada estudante possui um ritmo próprio de aprendizagem e que suas experiências de vida podem contribuir para a construção do conhecimento em sala de aula.

Além disso, o profissional deve planejar atividades que estejam relacionadas ao contexto social e cultural dos alunos, tornando o ensino mais dinâmico e motivador. A utilização de metodologias diversificadas, recursos didáticos adequados e estratégias que valorizem a participação dos estudantes contribui para o fortalecimento da autoestima e para a permanência dos alunos na escola.

Outro aspecto importante é a formação continuada do educador. A busca constante por atualização profissional possibilita o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e o conhecimento das políticas públicas voltadas para a EJA. O professor deve estar preparado para lidar com a diversidade presente

em suas turmas, promovendo um ambiente de respeito, inclusão e valorização das diferenças.

Segundo Paulo Freire (1996), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou construção. Essa concepção reforça a importância do educador como mediador do processo educativo, capaz de incentivar a autonomia, o pensamento crítico e a participação ativa dos estudantes na construção do saber.

Portanto, o profissional que atua na EJA desempenha um papel essencial na promoção do direito à educação e na transformação social dos educandos. Sua prática deve estar fundamentada no compromisso ético, no respeito à diversidade e na valorização das experiências de vida dos estudantes, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e participativos.

13 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar como o desenvolvimento de atividades inovadoras pode contribuir para ampliar o interesse, a participação e a aprendizagem dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Partindo da problemática proposta, buscou-se compreender os desafios enfrentados por essa modalidade de ensino e identificar práticas pedagógicas capazes de promover uma aprendizagem mais significativa, participativa e inclusiva.

Por meio da pesquisa bibliográfica, foi possível constatar que a EJA possui características próprias e atende estudantes com diferentes trajetórias de vida, experiências e necessidades. Nesse contexto, a utilização de metodologias ativas, recursos didáticos diversificados, práticas colaborativas, flexibilidade pedagógica e integração das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) constitui importante estratégia para fortalecer o protagonismo dos educandos e favorecer sua permanência no ambiente escolar.

O estudo também evidenciou a relevância das contribuições de Paulo Freire para a Educação de Jovens e Adultos, especialmente ao defender uma educação fundamentada no diálogo, na valorização dos saberes dos estudantes e na construção coletiva do conhecimento. Além disso, destacou-se a importância da formação continuada dos professores, possibilitando o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e contextualizadas, capazes de atender às especificidades desse público.

Dessa forma, conclui-se que os objetivos desta pesquisa foram alcançados, uma vez que se verificou que a adoção de estratégias pedagógicas inovadoras favorece uma aprendizagem mais significativa, fortalece a autonomia dos estudantes e contribui para a redução da evasão escolar. Entretanto, para que essas práticas sejam efetivamente implementadas, torna-se necessário ampliar os investimentos em políticas públicas, infraestrutura, formação docente e inclusão digital, garantindo melhores condições para o desenvolvimento da EJA.

É importante reconhecer que a Educação de Jovens e Adultos vai além da oferta de escolarização tardia, constituindo-se como um instrumento de inclusão social, valorização das experiências de vida e promoção da cidadania. Ao proporcionar oportunidades de aprendizagem significativas e

contextualizadas, a EJA contribui para o desenvolvimento pessoal, social e profissional dos educandos, fortalecendo sua autoestima, autonomia e participação ativa na sociedade.

Cabe destacar que este estudo não esgota as discussões acerca das práticas pedagógicas inovadoras na Educação de Jovens e Adultos. Por tratar-se de uma pesquisa bibliográfica, reconhece-se a importância da realização de estudos de campo que permitam investigar, na prática, os impactos das metodologias inovadoras no desempenho, na motivação e na permanência dos estudantes da EJA.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para ampliar as discussões sobre a importância da inovação pedagógica na Educação de Jovens e Adultos e incentive professores, gestores e pesquisadores a desenvolverem práticas educativas cada vez mais inclusivas, humanizadas e transformadoras, reafirmando a educação como um direito de todos e um instrumento de cidadania, emancipação e transformação social. Dessa maneira, acredita-se que a construção de uma EJA comprometida com a inovação, a inclusão e a valorização dos sujeitos que dela participam é fundamental para a promoção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzales. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. Petrópolis: Vozes, 2005.

BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello. Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 19.513, de 25 de agosto de 1945. Dispõe sobre a concessão de auxílio federal às unidades federadas para o ensino primário. Brasília, DF, 1945.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o novo FUNDEB. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: MEC/CNE, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Brasil Alfabetizado. Brasília, DF: MEC, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Brasília, DF: MEC, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC/CNE, 2000.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. GADOTTI, Moacir. Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2000.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 108-130, maio/ago. 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2012.

KUENZER, Acácia Zeneida. A Educação Profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 96, p. 877-910, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MORAN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (org.). Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. Ponta Grossa: UEPG/PROEX, 2015.

MOREIRA, Marco Antônio. Aprendizagem Significativa: a teoria e textos complementares. São Paulo: Livraria da Física, 2011.

PAIVA, Vanilda. Educação Popular e Educação de Adultos. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

SOARES, Leôncio. Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, Tailândia, 1990.

UNESCO. Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos (CONFINTEA V). Hamburgo, Alemanha, 1997.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.